



FILIAIS E AGÊNCIAS CGD

Filial de Bragança

Primeiras instalações

A abertura da delegação da Caixa Geral de Depósitos (CGD) em Bragança data de 13 de Janeiro de 1888. Neste mesmo dia foi constituída a primeira conta à ordem com um depósito no valor de 10 000 réis, em nome do Visconde das Arcas¹. O titular era proprietário de uma exploração agrícola designada por *Casal das Arcas* que, em 1980, ainda existia em Macedo de Cavaleiros.

Posteriormente, os serviços da Caixa transitaram para novas instalações, na rua Abílio Beça, na altura, uma das principais artérias da cidade. Constituída como filial, as instalações da Caixa ocuparam o rés-do-chão de um prédio.

Após 13 anos neste local, eram evidentes as deficiências no funcionamento dos serviços. Foi necessário procurar novas instalações. Estas localizavam-se quase em frente ao edifício anterior e serviam de apoio à residência do Bispo da diocese. Composto por dois pisos altos, ficou o rés-de-chão destinado ao atendimento ao público. Em mau estado de conservação, foi necessário fazer obras de remodelação, tornando-se num espaço habilitado a responder às necessidades funcionais que a filial exigia.

Obras de remodelação e ampliação da Filial de Bragança

Alguns anos mais tarde, foram iniciados trabalho de remodelação e ampliação deste edifício. Ficou a cargo do empreiteiro Viriato Alves Neiva que daria início aos trabalhos no dia 25 de março de 1942, e nomeado o mesmo fiscal encarregue da obra de Chaves. Esta empreitada dividia-se em duas fases distintas: alteração da parte já existente e edificação de uma parte nova. Segundo o empreiteiro, numa primeira etapa proceder-se-iam às obras de remodelação da parte antiga e só depois se ampliaria o edifício que constituiria a parte nova da construção e seria da responsabilidade do arquiteto João Simões.

¹Francisco António de Assis Pereira do Lago, 1º visconde das Arcas.



Seria imperativo que não houvesse interferência com o bom funcionamento dos serviços da CGDCP.

Depois de iniciadas as obras de adaptação, resultou ter de ser demolida a Casa-forte, algumas paredes do Gabinete da Gerência, sendo por isso necessário, acomodar convenientemente e com segurança, todos os documentos existentes. Para este efeito o gerente da filial, sugeriu que se arrendasse uma casa para transferir toda a documentação, até que fosse possível acondicioná-los no novo edifício.

Por conseguinte, a 15 de maio de 1942, a administração autorizou o arrendamento por tempo estritamente necessário, pelo valor de 80\$00 mensais.

A 13 de julho o arquiteto João Simões faz uma vistoria à obra de Bragança. Desta visita resultou o melhor aproveitamento do já existente, determinando a colocação de alguns vãos em bom estado nos locais convenientes, abatendo-se uma quantia razoável ao valor da empreitada. Considerou o arquiteto João Simões que este reaproveitamento de materiais, neste tipo de obras, seria o mais sensato, refletindo-se na redução de despesa.

A construção da parte nova do edifício sofreu algumas alterações devido a arranjos diferentes daquilo que estava determinado na planta. Por outro lado, foi detetado um desnível da Travessa do Bispo, originando o aumento do custo das fundações.

No mesmo ano, a 7 de novembro, o arquiteto João Simões informou o chefe da Repartição da Administração de Propriedades da Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência (CGDCP), sobre os trabalhos que surgiram na obra de Bragança (aumento da profundidade das fundações, execução de paredes-mestras em elevação e respetivo soco de cantaria, ambos originados pelas diferenças de declive do terreno em relação ao projeto inicial e de harmonia com o projeto de alterações superiormente aprovado). Foi necessário ainda reconstruir a parede contígua à obra, depois de demolida devido ao seu mau estado de conservação.

A 18 de janeiro de 1943, a CGDCP adquiriu uma parcela de terreno junto ao espaço onde seria edificada a filial.

Em fevereiro de 1943, Manuel Marques, fiscal da obra de Bragança fez um esclarecimento do estado em que se encontrava a obra de ampliação do futuro edifício, considerando que os trabalhos estavam a decorrer de forma morosa, devido à falta de madeiras para as coberturas dos telhados.

Numa carta enviada, a 30 de abril de 1943 pelo empreiteiro Viriato Alves Neiva à Repartição de Administração e Fiscalização e Avaliação de propriedades da Caixa, verificou-se que: *a obra se encontra paralisada desde fins de Janeiro* devido a questões logísticas e, nomeadamente, por falta de acabamento de pormenores no terraço.



Em maio de 1943, o empreiteiro foi informado, pela mesma repartição, que a administração e fiscalização da obra da filial de Bragança passou a ser da responsabilidade de uma Comissão Administrativa², dependente diretamente do Ministério das Obras Públicas e Comunicações.

Nos dias 13 e 14 de maio a obra foi novamente vistoriada pelos engenheiros, José de Espargueira Mendes e Nogueira Soares, os quais confirmaram a suspensão de todos os trabalhos. Por outro lado, o arquiteto João Simões deu ordens ao fiscal da obra no sentido de não serem executados quaisquer trabalhos sem a sua indicação.

A situação ficou de tal forma, que o gerente da filial tentou, junto da administração saber o que deveria fazer e que ordens deveria seguir. A 12 de junho de 1943 o Conselho de Administração (CA) informou que o abono pago ao fiscal Manuel Marques devia cessar, não podendo a Caixa, fazer abono de qualquer natureza em relação à obra em curso, uma vez que a Comissão Administrativa já havia entrado em pleno funcionamento.

O gerente da filial informou o chefe de repartição que as obras da filial continuavam paradas e que, devido ao avanço dos trabalhos e por se encontrarem abertos os vãos das janelas e portas, a segurança tornara-se relativa. Devido ao conflito mundial e como consequência da racionalização do fornecimento de energia elétrica, solicitou policiamento especial. Para além disto aproximava-se o inverno e o telhado encontrava-se por finalizar. Estas preocupações eram uma constante.

A 18 de janeiro de 1944 o arquiteto Veloso Reis Camelo visitou a filial de Bragança, e as obras de remodelação e ampliação reiniciaram a 10 de Julho. no entanto, só em 1957 é que a filial ficou concluída.

Neste mesmo ano, um jornal local *Grupo de Amigos de Bragança* enfatiza o edifício da CGD (...) *a Caixa Geral de Depósitos (...) transformou um velho pardieiro num belo edifício, em frente do Museu Abade de Baçal (...).*

² Decreto nº 32 337 de 23 de outubro de 1942 – *As obras de construção, ampliação e conservação de edifícios da Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência serão administradas e fiscalizadas por uma comissão administrativa dependente do Ministério das Obras Públicas e Comunicações, através da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (...)*

As obras de construção ou de ampliação a executar constarão de um plano geral ou de planos anuais, aprovadas pelo Ministério das Obras Públicas e Comunicações, sob proposta da comissão administrativa e parecer favorável do conselho de administração da Caixa.



As novas instalações da CGD em Bragança

Apesar das obras de relevância, rapidamente se concluiu que as instalações eram insuficientes, tendo em conta o crescimento dos serviços. O Governo Civil interveio junto da CGDCP partilhando da opinião já manifestada pela Câmara Municipal de Bragança, de que a Caixa deveria ter um edifício onde reunisse todos os seus serviços de uma forma mais eficaz, devendo, inclusivamente, repensar a sua localização, privilegiando a área onde se concentravam os principais edifícios da cidade, exemplo do Palácio da Justiça e das Corporações.

Por conseguinte, a 16 de julho de 1959, o CA determinou que se apresentasse o caso à Comissão das Obras para estudar a possibilidade da construção de um edifício da Caixa, em local mais adequado às suas necessidades, caso o atual não tivesse condições de aproveitamento.

No seguimento desta iniciativa, a Comissão Administrativa das obras da CGDCP (CAOCGDCP), fez uma exposição (31 de dezembro) sobre as instalações atuais da filial da CGD em Bragança: concluiu que, dado o crescimento e desenvolvimentos dos serviços da instituição, as exigências logísticas se tornaram cada vez mais exigentes, sendo que o atual edifício não satisfazia as necessidades. Seria fundamental a sua adaptação, contudo depois de se proceder a um estudo prévio e ponderado. Esta nova abordagem implicava mais áreas disponíveis. Considerou, portanto, a construção de um novo edifício perfeitamente justificável. Para além disto, o engenheiro delegado propôs que a escolha do terreno fosse a que a Câmara Municipal de Bragança sugeriu, no alto da Rua Almirante Reis, em frente ao edifício dos C.T.T., sendo necessário fazer uma expropriação ou aquisição de terrenos (valores entre 600 a 800 contos).

Tendo em conta este parecer da Comissão, o CA aprovou a aquisição de terreno para novas instalações a 30 de março de 1960.

Depois da concordância da CGD para a aquisição dos terrenos (3 prédios), o Ministro das Obras Públicas emitiu despacho favorável no sentido de se elaborar o projeto para o novo edifício. Foi celebrado um contrato a 20 de julho de 1960 entre a Direção-Geral dos Monumentos e Edifícios Nacionais (DGEMN) e o Arquiteto Armando Tavares Alves Martins para dar início ao projeto.

Em agosto do mesmo ano, a Comissão oficiou os proprietários do terreno e prédio que pretendia adquirir, sendo que, só a 24 de outubro de 1961, foi declarada de utilidade pública e efetuada a expropriação dos edifícios e parcelas de terrenos destinados à construção do novo edifício da CGD.



Entretanto, foi elaborado o programa relativo ao projeto da filial de Bragança com vista à instalação dos serviços da Caixa Económica, Junta Médica, Caixa Geral de Aposentações, Casa de Crédito Popular e 2 habitações destinadas ao gerente e ao tesoureiro.

O projeto de implantação do novo edifício foi aprovado pelo Ministro das Obras Públicas a 18 de outubro de 1961.

A 17 de outubro de 1962, foi emitido despacho para contratação do Arquiteto Francisco Blasco Gonçalves para desenvolvimento do projeto da nova filial de Bragança.

O anteprojecto do edifício foi aprovado pela Caixa e, a 28 de janeiro de 1965, a CAOCGDPC enviou o mesmo para o engenheiro diretor dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

Considerou a Direção-Geral dos Serviços de Urbanização (DGSU), sobre a localização do novo edifício da Caixa em Bragança, importante incluir neste projeto o custo *do arranjo de uma área envolvente, numa terra em que tão necessário são os auxílios de todos para o muito que há a realizar*³.

Foram entretanto realizadas novas versões do anteprojecto até 21 de Abril de 1967, data da versão definitiva do projeto do edifício. *O novo projeto, embora mantendo as mesmas opções estéticas e construtivas, procurou completar os aspetos julgados incompletos no parecer anterior*⁴ da Comissão de Revisão da DGEMN.

A 31 de maio de 1967 foi lançado concurso público para arrematação da empreitada de construção do edifício, adjudicada a Viriato Alves Neiva, sendo que a obra teve início no dia 20 de outubro de 1967 na Rua Almirante Reis.

A construção ficou concluída em Novembro de 1970.

O crescimento da filial, o aumento de clientes e, conseqüentemente, o aumento do quadro de pessoal e até o próprio desenvolvimento da região, contribuíram para que se operasse esta mudança de instalações, mais funcionais e estrategicamente mais bem localizadas.

A inauguração do novo edifício da Caixa Geral de Depósitos em Bragança, constituído por três andares e cave, aconteceu no dia 8 de março de 1971, na Rua Almirante Reis, implantado num quarteirão, no centro da cidade. Esta mudança de localização marcou a transição da zona histórica da cidade, para a zona das construções de traçado mais recente.

³ Parecer sobre o anteprojecto do edifício da filial da CGDCP em Bragança redigido pelo CSOP (Conselho Superior de Obras Públicas).

⁴ BRITES, Joana Rita da Costa, *Arquitectura da CGDCP, Filiais e Agências da Caixa Geral de Depósitos Crédito e Previdência, 1929-1970*, Prosafeita : Lisboa, 2014, p. 115.



A filial de Bragança iniciou uma fase de acentuado desenvolvimento após a descentralização do crédito agrícola e predial, seguida pela implementação do teleprocessamento, no final de 1982.

Helena Real Gomes

Gabinete de Património Histórico da Caixa Geral de Depósitos

Novembro de 2017

Bibliografia

Arquivo Histórico da Caixa Geral de Depósitos – Processos DPO (Bragança)

Boletim de Informação Interna, ano VI, Dezembro de 1988, n.º 63 – Suplemento, CGD-Gabinete de Codificação e Emissão de Normas.

BRITES, Joana Rita da Costa, *Arquitectura da CGDCP, Filiais e Agências da Caixa Geral de Depósitos Crédito e Previdência, 1929-1970*, Prosafeita : Lisboa, 2014, ISBN 978-972-95869-7-2.

<https://geneall.net/pt/nome/51184/francisco-antonio-de-assis-pereira-do-lago-1-visconde-das-arcas/>



GALERIA DE FOTOS

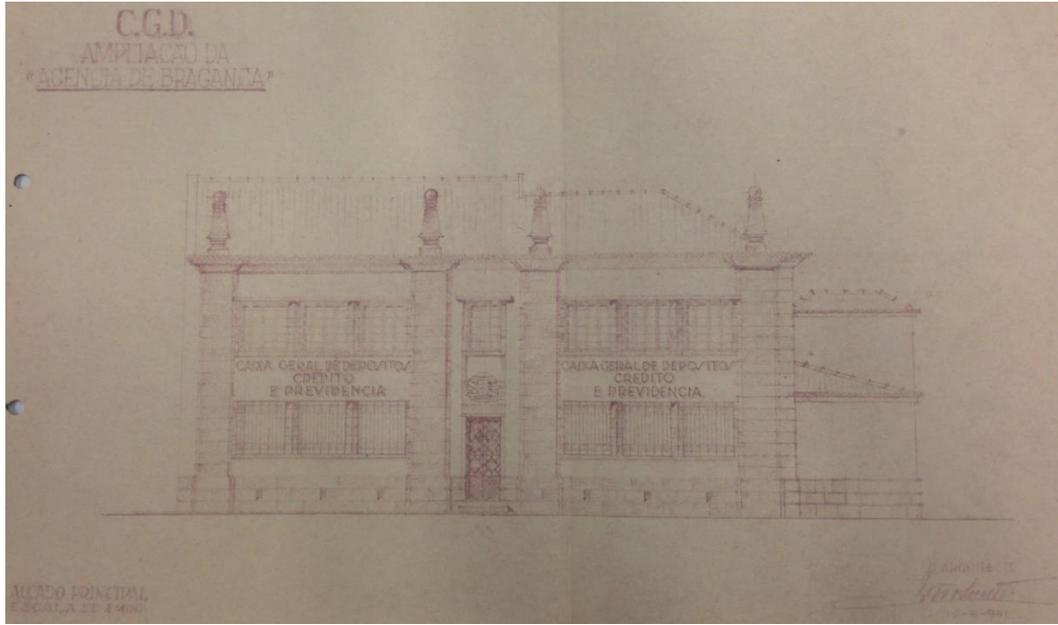


Figura 1 - Ampliação da Filial da CGD em Bragança (1941)
Fonte: Arquivo Histórico, Gabinete de Património Histórico



Figura 2 - Fundações da construção da Filial da CGD em Bragança.
Fonte: Arquivo Histórico, Gabinete de Património Histórico



**Figura 3 - Fundações da construção da Filial da CGD em Bragança.
Fonte: Arquivo Histórico, Gabinete de Património Histórico.**



**Figura 4 - Fundações da construção da Filial da CGD em Bragança.
Fonte: Arquivo Histórico, Gabinete de Património Histórico**



Figura 5 - Filial da CGD em Bragança.
Fonte: Arquivo Histórico, Gabinete de Património Histórico.



Figura 6 - Filial da CGD em Bragança.
Fonte: Arquivo Histórico, Gabinete de Património Histórico.